

## A EXPANSÃO EUROPÉIA NO SÉCULO XVIII E A HISTÓRIA FILOSÓFICA DO ABADE RAYNAL

Luiz Francisco Albuquerque de Miranda\*

Este texto é o resultado parcial de uma pesquisa mais ampla a respeito da dicotomia entre civilização e selvageria traçada pela história filosófica do século XIX. Parto do pressuposto de que a filosofia das Luzes, como muitos comentaristas assinalaram, contribuiu de maneira decisiva para a organização enciclopédica do saber, claramente expressa nos textos da *Enciclopédia*, a princípio dirigida por Diderot e D'Alembert. Paralelamente, formulava-se a idéia de uma história da espécie humana que, organizando inúmeras informações reunidas desde o início da expansão européia, procurava explicar os processos experimentados pelas diferentes sociedades, definindo-lhes um sentido comum. A história filosófica deveria ser enciclopédica, mas a “república das letras” do século XVIII não se contentava apenas com a coleta e apresentação de dados e informações. Considerava-se necessário expor, como lembraram D'Alembert e Diderot (1989: 20), “a ordem e o encadeamento” desses conhecimentos, sem perder seus “detalhes mais essenciais”. Assim, o objetivo era entender as grandes cadeias explicativas que confeririam sentido ao detalhamento dos temas historiográficos.

Eis a perspectiva epistemológica da *História filosófica e política dos estabelecimentos e do comércio dos europeus nas duas Índias* (primeira edição em 1772, segunda edição em 1780) do francês Guillaume-Thomas Raynal (1713-1796), com a contribuição significativa de Denis Diderot (1713-1784) (cf. DUCHET, 1961). Ao longo de seus dezenove livros, a obra apresenta e discute a expansão européia tanto na América como no Oriente, buscando reconstituir seu movimento geral a partir do século XV, mas sem perder de vista o caráter específico da ação de cada uma das potências envolvidas no processo. No decorrer do texto, a análise das estruturas sociais

---

\* Professor de História Moderna na Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ. Doutor em Filosofia pela UNICAMP

cruza com o relato dos acontecimentos. Recordo aqui um caso bem característico desse procedimento: para explicar porque Portugal saiu na frente na corrida para o Oriente, a *História das duas Índias* recupera o processo de formação do Estado lusitano durante a Idade Média. Para Raynal (1780: I, 187-191), no seio da corte lisboeta, a combinação entre honra cavalheiresca, ardor religioso e interesse comercial, impulsionou as grandes conquistas. Por vezes, percorrendo o texto, parece que estamos lendo uma espécie de enciclopédia que apresenta a Ásia ou a América. A descrição da Índia, por exemplo, assemelha-se a um verbete: passa em revista a religião, os costumes e o governo dos indianos, além de discutir a suposta estagnação de sua sociedade (RAYNAL, 1780: I, 62-128).

O estudo dos elementos que identificam cada sociedade coexiste com a tentativa de apreender o movimento progressivo das relações da Europa com os outros continentes. A investigação minuciosa da experiência expansionista de cada potência europeia articula-se com a história geral da expansão. Apesar de apontar as diferenças, a obra levanta alguns problemas comuns a todos os “estabelecimentos” coloniais e, com alguma frequência, compara as soluções que as potências encontraram. Em uma dessas comparações referente à presença europeia na Índia, Raynal (1780: I, 450-454) enfatiza que os holandeses, ao contrário dos portugueses que desejavam fazer conversões e se distinguir como guerreiros, evitaram constranger os indianos a “mudar suas leis, seus costumes, sua religião”, permitindo que eles mantivessem seus governos desde que cedessem vantagens comerciais. Assim, os holandeses travaram relações mais pacíficas e estáveis com os asiáticos.

Lembro que, na segunda metade do século XVIII, Raynal e Diderot não foram os únicos abordar o problema da expansão europeia. O *Ensaio sobre os costumes* de Voltaire (1694-1778) (1963: II, 330-393) dedica vários capítulos ao tema e o escocês William Robertson (1721-1793) escreveu uma *História da América* que recebeu várias edições. Como explicar esse interesse da história filosófica pelos “estabelecimentos” europeus nos outros continentes? Por que os filósofos do século XVIII estavam preocupados em produzir uma interpretação ao mesmo tempo detalhada e global desses “estabelecimentos”?

No século XVIII, a expansão ganhou novo impulso, já que tinha avançado de maneira muito tímida durante o século XVII. Na América portuguesa, a descoberta de

minas de ouro promoveu o aumento da população no interior da colônia. Chaunu (1982: 35-70) salienta que não era um caso isolado. Entre 1740 e 1790, a América espanhola dobrou sua área de exploração efetiva: “depois do marasmo do século XVII, houve uma ascensão no século XVIII, sobretudo após 1760” (MAURO, 1980: 126). Na América do Norte, a disputa franco-britânica também impulsionou o crescimento da presença européia. O mesmo aconteceu na Índia a partir de 1740. Em 1780, cerca de 30% da população mundial estava sob governo das potências européias. As novas formas de relacionamento entre os europeus e o restante do mundo intensificaram e alargaram os fluxos de comércio. Hobsbawm (1983: 45-51), examinando as origens da Revolução Industrial na Inglaterra, aponta como a “crescente e cada vez mais rápida corrente de comércio ultramarino” estimulou as manufaturas, animou o mercado de produtos baratos como café, chá, algodão e tabaco, além de ampliar a instalação de sistemas produtivos nas colônias – as *plantations*. Mauro (1980: 105) define as etapas da crescente atividade ultramarina dos europeus no século XVIII: “O período entre 1700 e 1730 foi difícil. Mas a paz, o progresso técnico e científico, as novas idéias trouxeram uma recuperação entre 1730 e 1763 – e uma grande atividade entre 1763 e 1788.” Especialmente nesta última etapa, o desempenho econômico e a estabilidade política dos Estados europeus estavam cada vez mais dependentes de suas relações com a América, a África e a Ásia. Para Benzoni (2008: 377), as mudanças nas relações entre os europeus e os outros continentes tinham como pano de fundo “a consolidação na Europa de um sistema de Estados” e o “fortalecimento de uma sociedade internacional regular”, caracterizada pela circulação de pessoas, bens, estilos de vida e idéias. No caso da América, um processo colonial centenário estava em curso, mas foi afetado pelo novo contexto: depois da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), os britânicos adotaram uma perspectiva claramente imperial na América do Norte e os espanhóis implementaram reformas sistemáticas em suas colônias (BENZONI, 2008: p.378). Em vista desse movimento geral, conhecer melhor os povos dos outros continentes fazia-se necessário. Os ilustrados perceberam a crescente importância das relações globais e procuraram aprofundar seu estudo. O impacto da renovada expansão ultramarina foi bem compreendida por Mauro (1980: 105):

*Do ponto de vista filosófico, ampliou-se a concepção do mundo e o pensamento se enriqueceu. As idéias emitidas no silêncio dos gabinetes de trabalho puderam ser postas à prova. Os povos viviam menos voltados para si mesmos, e suas elites, pelo menos, pensavam mais em termos universais, adquirindo o senso de uma certa relatividade de valores.*

Assim, os filósofos ilustrados “atribuíram grande importância ao fenômeno colonial” (MAURO, 1980: 169). A América, por exemplo, deixava de ser um problema de aventureiros e missionários; passava a ser discutida por filósofos interessados no progresso da humanidade e no destino de seus Estados. Sua natureza, sua colonização, seus habitantes deveriam receber uma análise racional, destituída de mitos e preconceitos. A profusão de custosas viagens científicas para o Novo Mundo – em geral patrocinadas direta ou indiretamente pelos governos – sinalizava a crescente preocupação das elites européias com o assunto (cf. PLATT, 1999: 41-75).

Penso que o problema da legitimidade dessa expansão também inquietava os ilustrados. Para não ficar apenas com Raynal, lembro que Voltaire (1967: XXVI, 1-16), em *Das conspirações contra os povos ou das proscricções*, inventariou os grandes massacres coletivos promovidos pelas nações européias. Das “proscricções”, a pior de todas foi o massacre dos índios americanos pelos espanhóis: “este globo infeliz jamais provou uma devastação mais horrível e generalizada”. Para o filósofo, os textos de Las Casas documentaram muito bem esse massacre. O número de mortos e os atos brutais dos colonizadores descritos pelo bispo de Chiapas impressionaram profundamente a Ilustração francesa. A conquista da América, apesar de inevitável em virtude da fraqueza dos nativos, ainda que salutar como propulsora do crescimento comercial, parecia injusta e desumana. Havia um “erro” para ser corrigido e a história filosófica poderia contribuir para tal, possibilitando, ao mesmo tempo, o conhecimento dos povos não-europeus e da “natureza humana”, produzindo um conjunto de saberes sem o qual seria impossível reorientar o encontro entre as diferentes sociedades. Tratava-se de compreendê-las numa nova e complexa “totalidade abstrata”, procedimento intelectual comum à historiografia do período, quando “as condições de percepção das histórias individuais, até então percebidas isoladamente de forma relativamente fácil, tornaram-se cada vez mais difíceis” (KOSELLECK, 1992: 142-143). Inseridas na ampla rede de relações globais, as sociedades americanas, asiáticas e africanas desorientavam a

“república das letras”, sugeriam dúvidas e inquietavam. Era necessário tornar inteligível o universo aberto pelas Grandes Navegações, indicando o que eliminar, preservar ou transformar nesses “Novos Mundos”. Em outros termos, é possível dizer que as histórias individuais passaram a ser interpretadas a partir de uma referência fundamental: a idéia de civilização.

Em um estudo clássico a respeito da gênese do conceito de civilização, Elias (1990: 61) lembra que um dos primeiros textos a utilizar a palavra foi a segunda versão da *História das duas Índias*, publicada em 1780. Portanto, para compreender como os europeus do período interpretaram a história da expansão, é importante investigar a presença do termo *civilização* na obra de Raynal.

Esta apresenta o sucesso e as grandes vantagens econômicas das conquistas européias a partir do século XV, mas também os “vícios” decorrentes do processo. De qualquer forma, a chegada dos europeus na América e a descoberta do caminho marítimo para as Índias são consideradas decisivas para a história da humanidade:

Não houve fato tão interessante para a espécie humana em geral e para os povos da Europa em particular que a descoberta do Novo Mundo e a passagem para as Índias pelo Cabo da Boa Esperança. Então, começou uma revolução no comércio, no poder das nações, nos costumes, na indústria e no governo de todos os povos. Naquele momento os homens dos lugares mais afastados aproximaram-se por novas relações e novas necessidades. As produções dos climas sob o Equador são consumidas nos climas vizinhos dos pólos (...); e em toda parte os homens mutuamente trocaram opiniões, leis, usos, doenças, remédios, virtudes e vícios. (RAYNAL, 1780: I,1-2)

Para compreender o início da *História das duas Índias*, é necessário lembrar que Raynal (1780: II, 4) acredita que o “comércio entre os povos diminui sua ferocidade”. A expansão ultramarina é entendida como promotora do “comércio” e este é civilizador: “quando um povo conhece as artes e o comércio, ele sai, por assim dizer, das mãos da natureza e teria toda energia necessária para cultivar os dons que dela recebeu” (RAYNAL, 1780: I, 11). No caso, o “comércio” civiliza porque estimula o desenvolvimento dos “dons” naturais dos povos envolvidos nas transações e, ao mesmo tempo, cria canais de contato pacífico entre eles. Os parceiros comerciais são enriquecidos quando as trocas se realizam de maneira equitativa. Esse enriquecimento

não decorre apenas do acesso a novos produtos, pois o “comércio” também revoluciona a cultura e a política: amplia os conhecimentos a respeito da diversidade da experiência humana, introduz novos hábitos e novas “opiniões”, obriga o homem a abandonar sua idiotia e alarga sua visão de mundo. Por outro lado, ele dissemina novos “vícios”. Como outros autores do século XVIII, Raynal compreende o processo civilizador como uma dinâmica pendular e ambígua, pois amplia o saber humano e os recursos materiais disponíveis, mas excita novas paixões e novos interesses. Civilizando-se, o homem aumenta sua capacidade de conhecer e transformar a natureza e, ao mesmo tempo, seus “erros” tornam-se ainda mais perigosos. A expansão ultramarina, enquanto “revolução” que estende e altera o “comércio” entre os homens, realiza todas as virtualidades boas e más do processo civilizador.

Como lembrei acima, a reflexão de Raynal realizava-se em um período de redefinição da presença européia nos outros continentes. Os europeus teriam conduzido corretamente o “comércio” civilizador? A seu modo, Raynal (1780: I, 3-4) se colocou a pergunta:

A Europa fundou colônias por toda parte, mas ela conhece os *princípios* sobre os quais se deve fundá-las? Ela tem um comércio de troca, de economia e de indústria. Pode-se descobrir por quais meios e em quais circunstâncias? Desde que se conheceu a América e a rota do Cabo, nações que nada eram tornaram-se poderosas e outras, que faziam a Europa tremer, foram enfraquecidas. Como essas descobertas influenciaram no estado desses povos? (Grifo meu)

Nota-se que a *História das duas Índias* examina os “princípios” que deveriam guiar o processo colonial. Esse exame desemboca em uma crítica às relações de poder do Antigo Regime. Como indicou Koselleck (1999: 152-159), Raynal é um dos formuladores do “juízo moral” burguês que condenou o Estado absolutista e aprofundou sua crise. Ao analisar a independência norte-americana, o historiador filósofo opõe a América oprimida e explorada, sustentáculo da virtude e dos direitos originais, ao despotismo europeu já corroído pela corrupção. Sem dúvida, trata-se de uma crítica moral com importantes decorrências políticas. Porém, a *História das duas Índias* aborda muitos outros problemas e nem sempre o dualismo América virtuosa x Europa corrompida orienta o texto. É bem verdade que a colonização raramente aparece como a

plena realização daquele “comércio” civilizador comentado acima. Em geral, o texto é bastante pessimista e condena o comportamento dos europeus. Tomemos uma passagem do início do capítulo destinado à América portuguesa:

Tendo passado o Equador, o homem não é inglês, holandês, francês, espanhol ou português. Ele conserva de sua pátria apenas os princípios e os preconceitos que autorizam ou desculpam sua conduta. Rastejante quando é fraco, violento quando é forte (...), capaz de todos os crimes que o conduzam o mais rapidamente possível a seus fins. É um tigre doméstico que volta à floresta. A sede de sangue retorna. Nos lugares do Novo Mundo, assim se mostraram todos os europeus, todos indistintamente exibiram um furor comum: a sede de ouro. (RAYNAL, 1781: V, p.2)

A imagem do tigre que volta à floresta é bastante expressiva, pois representa a maneira selvagem como o europeu agiu na América, algo contrário às possibilidades benignas abertas pelo “comércio” civilizador. A colonização, apesar de contribuir para o contato profícuo entre os povos, comporta um lado nefasto: libera o “furor” brutal da ambição desmedida. Em algumas ocasiões é civilizadora, em outras é bárbara; diminui ou excita a ferocidade. Na obra, as relações entre a Europa e os outros continentes produzem uma dinâmica contraditória e pendular, ora benéfica, ora maléfica para as duas partes. Apesar da evidente condenação moral de grande parte da atividade européia no ultramar, o texto não é uma simples denúncia da “tirania” dos colonizadores. Assim, não acompanho Koselleck (1999: 153) quando afirma que Raynal “descreve a história de dois continentes para tratar indiretamente do *estado atual da Europa*” (grifo do autor). A *História das duas Índias* é mais que um ataque dissimulado ao Estado absolutista. Para Raynal e seus colaboradores, o conhecimento histórico ajuda a definir os “princípios” que podem reorientar a expansão ultramarina, ajudando a reforçar seus aspectos benéficos e reduzir suas consequências violentas. Não se trata exatamente de buscar lições no passado, mas de compreender o movimento “revolucionário” em curso e de evitar - ou ao menos diminuir - seus efeitos desumanos e ferozes. Aqui, a escrita da história, em vez de anunciar um “prognóstico determinista” (KOSELLECK, 199: 152), é parte constitutiva da elaboração do novo projeto político, pois ela revela as contradições fundamentais do processo em curso, esclarecendo os problemas que devem ser resolvidos e as oportunidades abertas pelo movimento histórico.

Tendo em vista essa perspectiva, a *História das duas Índias* aponta os equívocos e maldades dos europeus e, ao mesmo tempo, procura direcionar as ações de modo a favorecer o “comércio” entre os povos. Para demonstrar como esse duplo objetivo aparece no texto, retomo as páginas dedicadas à ocupação francesa na ilha de Madagascar nos séculos XVII e XVIII.

Segundo Raynal (1780: II, 290-310), Madagascar, antes da chegada dos franceses, estava ocupada por tribos independentes, “associações fracas” que se governavam por seus costumes e disputavam violentamente entre si o gado, as mulheres e os escravos. Esses povos não tinham uma “idéia muito extensa” do direito de propriedade, direito que possibilitaria “o gosto pelo trabalho” e “a submissão ao governo”. Sendo assim, em Madagascar o “direito civil” e o “direito político” não existiam e as tribos semeavam a terra de maneira coletiva, dividindo a produção. Esses “selvagens” também eram indiferentes ao futuro e, sem o “freio da moral e da religião” ou da “polícia esclarecida”, entregavam-se às paixões, em especial o ardor sexual. Todavia, eram “naturalmente sociáveis, vivos, alegres” e hospitaleiros. Esse povo “numeroso, inteligente e dócil” precisava apenas de “instrução” para se tornar útil aos europeus. Em vista desse estado de coisas, o autor conclui:

Esses insulares estavam fatigados do estado de guerra e de anarquia no qual eles continuamente viviam. Suspiravam por uma polícia que possibilitasse o gozo pacífico da liberdade. Disposições tão favoráveis não permitem duvidar que eles se prestariam facilmente aos esforços que se quisesse fazer para sua *civilização*. (RAYNAL, 1780: II, 301) (Grifo meu)

Na passagem, o termo “civilização” nomeia a ação de colonizadores europeus em lugares selvagens como a América ou a África. Vemos que, no século XVIII, o debate a respeito do problema colonial contribuiu para a formulação desse conceito. As páginas seguintes esclarecem quais seriam os “esforços” pensados pelo autor. Ele oferece um verdadeiro programa de ações que realizaria, sem violência, uma “feliz revolução” na ilha. Pela “via da persuasão”, seria possível introduzir “as vantagens de nossa polícia”, implantado, aos poucos e em especial entre os jovens, uma nova legislação “na medida em que o espírito da nação fosse esclarecido”. Essa “revolução” gradual poderia ser acelerada por casamentos entre moças nativas e colonos franceses. Os europeus não

deveriam tomar terras dos ilhéus e, ao contrário, precisavam implantar a propriedade privada entre eles, o que faria aumentar a disponibilidade de recursos materiais. A Companhia das Índias, porém, não viabilizou esse projeto e, ao contrário, agiu de modo agressivo e predatório, tornando os europeus odiosos para os insulares. Estes, por fim, atacaram os franceses, que foram obrigados a abandonar o local.

No relato que acabei de resumir, os europeus, mais uma vez, aparecem como “tiranos”, mas eles poderiam ter introduzido uma “revolução” favorável à “civilização”. A história lhes ofereceu esta possibilidade, infelizmente perdida, pois desconheciam os “princípios” de uma ação colonial eficaz. Na busca destes últimos, o texto oferece um verdadeiro projeto de reestruturação da sociedade de Madagascar, sugerindo formas de organização da propriedade, da família, da justiça, ou seja, de toda ordem social. É importante notar que esse processo revolucionário seria comandado pelos europeus e não seria contrário à conquista da ilha. O projeto condena o uso da força física e a imposição arbitrária, pois os insulares, gozando de sua liberdade, poderiam ser conduzidos ao mundo civilizado de modo gradual e pacífico, seja transformando sua economia, seja miscigenando-se com os europeus. A “revolução” pretendida não representaria uma mudança rápida, violenta e incontrolável da ordem vigente; mas um movimento lento, paulatino, monitorado pelos governantes europeus e que alteraria de maneira radical a vida dos selvagens, livrando-os do “estado de guerra”.

Oposta à “anarquia” selvagem dos povos não-europeus, a “civilização” de Raynal articulava-se com a nova perspectiva colonial das potências ultramarinas. De maneira curiosa, é possível notar o conceito “civilização” sendo articulado com outro conceito decisivo para linguagem política contemporânea: “revolução”. Ambos os conceitos, além de exprimir a exigência de mudanças nas monarquias do Antigo Regime, como lembra Koselleck, exprimiam os anseios e as inquietações dos ilustrados europeus diante de um mundo colonial cada vez mais conturbado pelas reivindicações dos colonos e pela dinâmica do capitalismo internacional. No caso, a escrita da história, recorrendo àqueles conceitos, não representa apenas uma condenação moral ao Estado absolutista, também reorienta a expansão européia de modo a sustentá-la sobre bases mais sólidas. Dependente da economia ultramarina e sensível às pressões políticas vindas das colônias, a Europa aprofundava o debate a respeito dos outros continentes, repensando os instrumentos intelectuais disponíveis para tratar o problema. Em vista

dos problemas crescentes no mundo colonial, Raynal e seus colaboradores propunham a “civilização” como alternativa à exploração predatória e agressiva praticada pela Europa, exploração que, além de ser condenável do ponto de vista moral, deteriorava seus “estabelecimentos” em outros continentes. Na segunda metade do século XVIII, cristianizar os selvagens e fazer deles vassalos dos reis europeus parecia insuficiente diante das novas demandas. Para os filósofos das Luzes, o antigo modelo colonial parecia historicamente superado. Conscientes do dilema, eles discutiam intensamente o caráter dos não-europeus e produziam conceitos capazes de indicar o caminho a ser seguido. E o caminho, como sugere a *História das duas Índias*, poderia ser uma “revolução” civilizadora que possibilitasse aos colonizados ordem, paz e liberdade, além de riqueza às potências européias. Como bem assinalou Moureau (1999:173) ao comentar o capítulo de Raynal a respeito do Brasil, o historiador filósofo pretendia a passagem “do colonialismo coercitivo ao neocolonialismo da razão”.

Para Raynal, a história oferecia a oportunidade concreta dos europeus coordenarem a “revolução” civilizadora no mundo selvagem, o que permitiria a superação de seu “estado de guerra e anarquia”. Os europeus haviam promovido o salutar “comércio”, mas a seu lado instauraram o “despotismo”, condenável do ponto de vista moral e danoso para os interesses econômicos. Cabia à história diagnosticar o problema e, a partir do conhecimento do processo em curso, projetar as medidas necessárias para introduzir a “civilização” nos continentes selvagens. O historiador filósofo acreditava que o saber histórico contribuiria para a cura dos males provocados pela “revolução” do “comércio” e, paralelamente, indicaria seus efeitos salutareos e seus “princípios” fundamentais. Sem a produção desse saber, a vitória das Luzes era incerta e os europeus, como os ingleses na América do Norte e os portugueses nas Índias, perderiam o que haviam conquistado. Tratava-se de fazer a Europa compreender e preservar seu próprio sucesso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENZONI, Maria M. The idea of Europe and the “Dispute of the New World”. Some reflections between history and historiography. *History of European Ideas*, n. 34, 2008, p.375-382.
- CHAUNU, Pierre. *La civilisation de l'Europe des Lumières*. Paris: Flammarion, 1982.
- D’ALEMBERT E DIDEROT. *Enciclopédia ou dicionário raciocinado das ciências, artes e ofícios por uma sociedade de letrados – Discurso preliminar*. São Paulo: Editora da UNESP, 1989.
- DUCHET, Michèle. Le « Supplément au Voyage de Bougainville » et la collaboration de Diderot à « L’Histoire des deux Indes ». *Cahiers de l’Association internationale des études françaises*, v. 13, n. 1, 1961, p.173-187.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, v. I.
- HOBBSBAM, Eric. *Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.
- \_\_\_\_\_. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 134-146,
- MAURO, Frédéric. *Expansão européia (1600-1870)*. São Paulo: EDUSP, 1980.
- MOUREAU, François. O Brasil das Luzes francesas. *Estudos Avançados*, n. 13 (36), 1999, p.165-181.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.
- RAYNAL, Guillaume-Thomas. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce de européens dans les deux Indes*. Genebra: Jean-Leonard Pellet, 1780, 9 volumes.
- ROBERTSON, William. *History of América*. Dublin: Price, Whitestone, W, Watson..., 1777, 3 volumes.
- VOLTAIRE. *Essai sur les moeurs et l’esprit des nations*. Paris: Garnier Frères, 1963, 2 volumes.
- \_\_\_\_\_. *Oeuvres complètes* (org. Louis Moland). Paris: Garnier Frères, 1879. Reimpressão: Nendeln/Liechtenstein: Kraus Reprint Limited, 1967, 50 volumes.